

BELL, SINCLAIR &
RAMSBY, TERESA
(EDS.). *FREE AT LAST!
THE IMPACT OF
FREED SLAVES ON
THE ROMAN EMPIRE.*
LONDRES: BRISTOL
CLASSICAL PRESS, 2012.

Fábio Duarte Joly

Universidade Federal de Ouro Preto

Observa-se, na última década, um maior interesse da historiografia pela categoria dos libertos nas sociedades grega e romana, como testemunha, por exemplo, a publicação dos livros de R. Zelnick-Abramovitz sobre a manumissão no mundo grego e de Henrik Mouritsen voltado ao liberto no mundo romano.¹ A coletânea organizada por Sinclair Bell e Teresa Ramsby, *Free at last! The impact of freed slaves on the Roman Empire*, insere-se assim numa tendência que nos leva a refletir sobre o desenvolvimento dos estudos sobre escravidão antiga, tendo em vista que, até então, obras integralmente dedi-

¹ ZELNICK-ABRAMOVITZ, R. *Not wholly free: the concept of manumission and the status of manumitted slaves in the ancient Greek world*. Leiden: Brill, 2006; MOURITSEN, H. *The freedman in the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Pode-se mencionar ainda KLEIJWEGT, M. (ed.). *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World slavery*. Leiden: Brill, 2006.

cadadas aos libertos eram poucas e um tanto antigas. Para o caso de Roma, que nos interessa aqui mais de perto, data de 1928 o livro de A. M. Duff, *Freedmen in the early Roman Empire*, e de 1969, o livro de Susan Treggiari, *Roman freedmen during the late Republic*.² Ainda sobre o período republicano saiu na década de 1980 o estudo de Georges Fabre.³

Como se vê, sobre os libertos no Império romano a obra de Duff permanecia como a principal síntese disponível, reunindo dados sobre as práticas de manumissão, as relações legais entre patronos e libertos e observações sobre a vida privada e pública dos ex-escravos. Abarca também o grupo dos libertos imperiais que, posteriormente, seria alvo de estudos detalhados por Paul Weaver e Gérard Boulvert.⁴ Contudo, a análise de Duff esposava uma perspectiva comum à historiografia das décadas de 1920 e 1930 sobre o Império romano ao associar manumissão e degeneração racial do povo romano. A libertação de escravos teria, portanto, um efeito corrosivo na sociedade romana, uma ideia que permaneceu latente mesmo naquelas obras que buscavam oferecer uma visão mais positiva da contribuição dos libertos para Roma (como é o caso do estudo de Treggiari que ainda menciona a “pureza racial de Roma”).⁵ Enfim, a manumissão é entendida, em última instância, como destruturadora de uma sociedade escravista.

Essa postura revela, por um lado, uma adesão dos historiadores modernos aos estereótipos sobre os libertos ventilados pelas próprias fontes antigas, de viés senhorial, e, por outro, indica uma dificuldade em precisar a posição social do liberto, situada entre a escravidão e a liberdade. A solução mais usual, e que se firmou após a publicação do artigo de Paul Veyne, *Vie de Trimalcion*, é mostrar o liberto como um indivíduo que, com a manumissão, obtém uma mobilidade social, mas esta se mostra sempre restrita e limitada, pois não chega a ser completamente integrado na sociedade dos nascidos livres.⁶ O liberto muitas vezes ascende por sua participação no comércio e nas manufaturas, isto é, integra-se do ponto de vista econômico, mas permanece marcado pelo estigma servil e pela posse de uma cidadania de segundo

² DUFF, A. M. *Freedmen in the early Roman empire*. Cambridge: W. Heffer & Sons, 1958; TREGGIARI, S. *Roman freedmen during the late Republic*. Oxford: Clarendon Press, 1969.

³ FABRE, G. *Libertus: patrons et affranchis à Rome*. Roma: École Française de Rome, 1981.

⁴ WEAVER, P. R. C. *Familia Caesaris: a social study of the emperor's freedmen and slaves*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972; BOULVERT, Gérard. *Domestique et fonctionnaire sous le Haut-Empire romain: la condition de l'affranchi et de l'esclave du prince*. Paris: Les Belles Lettres, 1974.

⁵ Cf. McKEOWN, N. *The invention of ancient slavery?* Londres: Duckworth, 2007, p. 16-19.

⁶ VEYNE, P. *Vie de Trimalcion*. *Annales*, 16 (2), 1961, p. 215-247.

grau que lhe limita o leque de relações e oportunidades políticas e sociais.⁷ Talvez essa interpretação que se enraizou na historiografia explique o fato de que a recente *The Cambridge world history of slavery*, volume 1: “The ancient Mediterranean world” não tenha achado necessário um capítulo dedicado à manumissão em Roma...⁸

Uma reorientação nos estudos sobre os libertos em Roma partiu, sobretudo, dos campos da história da arte e da epigrafia que colocaram no centro das atenções a questão da autorrepresentação dos libertos e de como esta envolvia a valorização das relações familiares e dos ofícios desempenhados. Os monumentos funerários de libertos serviram assim como um contraponto à ideologia senhorial presente nas fontes literárias. Destacam-se nessa abordagem o estudo pioneiro de Paul Zanker, publicado na década de 1970, e o mais recente trabalho de Lauren H. Petersen, ambos ressaltando, de diferentes maneiras, a intenção dos libertos em se mostrarem assimilados à comunidade cidadã.⁹

Composto por sete artigos e um ensaio crítico sobre os mesmos, de autoria de Eleanor W. Leach, o livro editado por Bell e Ramsby situa-se nesse caminho. Seus colaboradores discutem um material epigráfico e arqueológico em paralelo com as fontes literárias mais usuais que tratam dos libertos no Império romano, como o *Satyricon*, de Petrônio. O objetivo, tal como afirmado pelos organizadores, é realçar a marca que os libertos deixaram na sociedade romana por meio da análise de temas como mobilização política, atividade econômica, apropriação do espaço e modos de autorrepresentação visual e verbal.

Dois artigos tratam mais especificamente da cultura material associada a libertos. Barbara Borg expõe como os retratos de libertos em tumbas funerárias, em vez de demonstrarem uma preocupação com o realismo, retomam tipos fisionômicos de retratos de personalidades do fim da República, como Júlio César, Pompeu e Crasso. Borg interpreta esse fenômeno, mais comum nas tumbas datadas dos períodos de Augusto e dos Júlio-Cláudios, não como mera emulação da elite, mas como uma pretensão deliberada da

⁷ Ver também nesse sentido ANDREAU, J. O liberto. In: GIARDINA, A. (org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 149-165.

⁸ BRADLEY, K. & CARTLEDGE, P. (eds.). *The Cambridge world history of slavery*, volume 1: The ancient Mediterranean world. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 2011. Tive a oportunidade de resenhar este livro em <http://bmcr.brynmawr.edu/2011/2011-11-27.html>.

⁹ ZANKER, P. *Grabreliefs römischer Freigelassener*. *Jahrbuch des Deutschen Archäologischen Instituts*, 90, 1975, p. 267-315; PETERSEN, L. H. *The freedman in Roman art and art history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

parte de alguns ex-escravos em propagarem valores partilhados pela média dos cidadãos romanos. Por sua vez, Carlos Galvão Sobrinho centra-se nos *columbaria* de Roma, buscando explicar as razões de sua rápida difusão sob Augusto e declínio a partir da época dos Flávios. Sua hipótese é que tal desenvolvimento esteve ligado ao contexto político e social do Principado, em especial no tocante às reformas no campo da manumissão empreendidas por Augusto. Essas reformas teriam significado um reforço do poder senhorial nas *domus*, fazendo com que os laços comunitários entre escravos e libertos tivessem uma conotação doméstica mais acentuada. Os *columbaria*, como monumentos funerários domésticos, seriam uma expressão desse contexto.

Formas de integração política e econômica dos libertos são tratadas, respectivamente, nos artigos de Pauline Ripat e Koenraad Verboven. Ripat busca mostrar, a partir da leitura da obra de Cícero, a inserção de libertos em redes de comunicação no jogo político do final da República. Os libertos são compreendidos como basicamente intermediários entre seus patronos e a sociedade, na medida em que têm acesso à informação de valor para os membros da elite em disputas políticas e no cultivo da opinião pública. Esse papel desempenhado por libertos acabaria por situá-los numa posição privilegiada frente a seus superiores, não deixando de ser, assim, uma manifestação de independência. De ponto de vista da economia, Verboven defende a noção de uma “economia dos libertos” (*freedman economy*) para a Itália romana, de certa maneira articulada a uma economia escravista. No final da República e no Império, os libertos seriam cruciais economicamente tanto quantitativa como qualitativamente, pois o uso de escravos em atividades produtivas envolvia investimento em educação e treinamento e, com a manumissão, gerava-se um contingente de libertos especializados que continuavam seus ofícios, muitas vezes ligados a seus patronos.

Dois outros artigos apontam para a necessidade de uma análise de fontes literárias e epigráficas no intuito de apreender a figura do liberto para além da representação senhorial que ilumina muito mais os obstáculos à integração social do que as realizações e inserção social desse grupo. Teresa Ramsby revisita o *Satyricon* de Petrônio sob esse viés. De acordo com a autora, nessa obra, os libertos mostram possuir valores que muitos romanos admirariam, como o apreço por uma cultura literária. Mudanças no contexto econômico e político permitiram uma maior mobilidade de alguns ex-escravos e as próprias fronteiras entre elite e não-elite tornaram-se menos nítidas. O *Satyricon* seria um indicador da reação de elites estabelecidas a novos estratos da sociedade que emulavam seus valores. Por sua vez, o artigo de Marc Kleijwegt versa sobre as libertas no Império romano, debruçando-se

principalmente sobre material epigráfico de Roma e das províncias ocidentais do Império. Kleijwegt advoga o uso de comparações com a manumissão no Novo Mundo para lançar um novo olhar sobre o fenômeno no mundo romano. Interessa-lhe, sobretudo, analisar inscrições funerárias de libertas que mencionam relações de casamento e amizade com membros das elites, e também as relações entre trabalho e posse de bens (como escravos) no caso de libertas que atuavam no comércio em Roma. Trata-se, a seu ver, de algo pouco citado na documentação antiga, mas nem por isso necessariamente inexistente. Em sua opinião, a historiografia sobre escravidão nas Américas – e, em especial, aquela sobre o Brasil – chama a atenção para caminhos de pesquisa que ainda podem ser trilhados.

Um último artigo completa a coletânea e distingue-se por se voltar justamente para os quadros da escravidão moderna. Michele Valerie Ronnick estuda a participação de classicistas brancos que se dirigiram para o sul dos Estados Unidos, após a Guerra Civil, para ensinar grego e latim a libertos afro-americanos. Seu estudo centra-se em algumas instituições – Oberlin College, Atlanta University, Fisk University, e Lincoln University – onde esses classicistas atuaram e, inclusive, formaram os primeiros classicistas negros. O ponto de contato deste artigo com os demais é justificado pelos editores com o argumento de que, assim como os libertos em Roma, os libertos afro-americanos também tiveram que lutar para serem aceitos por uma sociedade que relutava tenazmente em tê-los como iguais.

De um modo mais amplo, portanto, o livro apresenta a manumissão como um elemento estruturante na reprodução política e econômica das sociedades antigas, ponto, por exemplo, minimizado na conhecida conceituação finleyriana de “sociedade escravista”, centrada que está na noção de escravidão-mercadoria. Chama a atenção também para a necessidade de estudos que incluam em suas agendas de pesquisa as relações sociais no interior das comunidades de escravos e libertos, com seus conflitos e laços de solidariedade. Isto porque a tendência na historiografia sobre escravidão antiga é priorizar a figura do senhor de escravos ou patrono como única referência para a ação dos setores servis.¹⁰

Em contrapartida, um dos limites da maioria dos artigos do livro é não explorar em profundidade em que medida o contexto político do Principado, em especial no primeiro século da era cristã, impactou na autorrepre-

¹⁰ Por exemplo, BRADLEY, Keith. *Slavery and society at Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

sentação dos libertos em Roma e na construção de laços de solidariedade no seio dos setores servis. Embora essa seja uma proposta dos editores do livro, e apontada como um dos eixos norteadores do mesmo, apenas no artigo de Carlos Galvão Sobrinho ela aparece de forma mais articulada e detalhada. Isto porque, nesse artigo, há a proposição de um modelo analítico para se pensar as relações entre política e sociedade, ainda que restrito às *domus* aristocráticas e respectivas interações entre senhores, escravos e libertos. Ou seja, uma história da escravidão e de seu polo complementar, a manumissão, não pode estar separada de uma história social e política do Principado.

Por fim, e independentemente dessa crítica, é um livro que merece ser lido pelos *insights* que apresenta e também por reforçar a reorientação dos estudos de escravidão antiga para o universo dos libertos.

Recebido: 11/02/2013 – Aprovado: 23/04/2013